CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 15/06/2024 - 05:56

Reação ao PL do Aborto força governo a assumir oposição

Sob pressão, governo condena a proposta

Posicionamento mais contundente ao texto da Câmara partiu da primeira-dama Janja da Silva. Após as declarações dela, ministros e políticos ligados ao Executivo reprovaram o projeto. O presidente Lula, porém, mantém silêncio sobre o assunto

» ALINE BRITO

O movimento contra o Projeto de Lei (PL) 1.904/2024, que prevê aumento da pena para aborto e limita o acesso de meninas e mulheres vítimas de estupro ao procedimento, cresceu em todo o país e forçou o governo a tomar uma posição sobre o assunto.

Mais de 30 horas após a votação relâmpago do requerimento de urgência para o PL, no plenário da Câmara, e ante a pressão causada pelas manifestações nas ruas e nas redes sociais, integrantes do governo resolveram quebrar o silêncio. A posição mais contundente partiu da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja. Em postagem no X (antigo Twitter), ela disse ser preocupante a tramitação do texto sem a devida discussão nas comissões temáticas da Casa.

"Os propositores do PL parecem desconhecer as batalhas que mulheres, meninas e suas famílias enfrentam para exercer seu direito ao aborto legal e seguro no Brasil", escreveu Janja. "Isso ataca a dignidade das mulheres e meninas, garantida pela Constituição Cidadã. É um absurdo e retrocede em nossos direitos", enfatizou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porém, se esquivou de comentar o tema. Ao ser questionado por jornalistas ao sair da 112ª Conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Suíça, se limitou a dizer que vai "voltar ao Brasil" e "tomar pé da situação" antes de emitir um posicionamento. O retorno do chefe do Executivo ao país está previsto para hoje, às 20h. Ele já admitiu, no entanto, que o governo não tem força no Congresso para bater de frente com a oposição em pautas de costume.

Logo após a aprovação da urgência para o PL, os únicos integrantes do governo que reagiram foram o ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, e a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, que reprovaram o texto. A base articuladora do Planalto no Congresso se calou ou minimizou o projeto.

No início da semana, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, comentou que pautas de costumes não deveriam estar no centro do debate na Câmara, já o líder do governo na Casa Baixa, José Guimarães (PT-CE), sinalizou que projetos desse teor não eram prioridade do Executivo. Com a manifestação contrária à proposta, que se tornou o assunto mais comentado ontem nas redes sociais (**leia reportagem na página 4**), e a e as declarações de Janja interlocutores de Lula tiveram de ajustar o discurso.

Padilha disse ontem que o texto é uma "barbaridade". "Não contem com o governo para mudar a legislação de aborto do país, ainda mais para um projeto que estabelece que uma mulher estuprada vai ter uma pena duas vezes maior do que o estuprador", afirmou. "Não contem com o governo para essa barbaridade. Reforçar isso com os líderes. Vamos trabalhar para que um projeto como esse não seja votado."

A ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, também condenou o projeto. Evangélica, ela afirmou ser contra o aborto, mas sustentou que o PL é "desrespeitoso e desumano com as mulheres".

Críticas partiram, ainda, do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA): "É bom alertar a população que algumas dessas pautas do Congresso que são trazidas pelo grupo vinculado ao ex-presidente da República tem muito mais a função de criar um escândalo mentiroso para tentar fazer a luta política em cima de temas que são muito caros".

No Supremo Tribunal Federal (STF), onde iniciou-se o debate que resultou no projeto proposto pelo deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, afirmou que o tema é de atribuição do Legislativo. "Se e quando a matéria chegar ao Supremo, eu vou opinar sobre isso", frisou.

Mobilização

Diante da falta de apoio ao governo no Congresso e da inércia do Palácio do Planalto, parlamentares da esquerda recorreram aos movimentos sociais para combater o PL.

Na quinta-feira, houve protestos em várias capitais pelo país, como Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e São Luís. Para este fim de semana, há mais manifestações agendadas. Hoje, às 15h, está marcada uma concentração em São Paulo. Amanhã, o protesto ocorre em Vitória e, na segunda-feira, no Recife. Essas mobilizações foram encabeçadas, principalmente, por deputados do PSol.

Se de um lado parte da sociedade se mobiliza para derrubar o projeto, de outro a bancada evangélica pressiona o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para votar o texto nos próximos dias.

"Em torno desse projeto existe acordo feito entre os líderes. A esquerda está desvirtuando o espírito da lei, inventando um argumento de que esta penalizando a vítima do estupro e impedindo o aborto. O que não é verdade", disse o deputado Paulo Bilynskyj, um dos 32 coautores da proposta.

Na avaliação do parlamentar, a mobilização social e midiática não deve ter impacto na votação.

Ed Alves/CB

Janja: "Isso ataca a dignidade das mulheres e meninas, garantida pela Constituição Cidadã. É um absurdo e retrocede em nossos direitos"

Saiba mais

O que diz o projeto

» Pela legislação atual, o aborto é permitido em casos de gravidez resultante de estupro; malformação fetal, como anencefalia; ou perigo de morte da gestante. Nessas circunstâncias, não há prazo para que o procedimento seja requerido. Com a proposta em tramitação na Câmara, a solicitação do aborto deve ser feita em até 22 semanas de gestação. Do contrário, o procedimento acarretará em pena equivalente ao crime de homicídio simples, de seis a 20 anos de reclusão. A pena se estende a quem auxiliar a gestante com o procedimento.

Assistolia fetal

O projeto foi protocolado no mesmo dia em que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspendeu uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), que vedava o uso da técnica de assistolia fetal em gestações acima de 22 semanas. O procedimento consiste em aplicar uma injeção de cloreto de potássio para fazer o coração parar.

Próximos passos

Com a urgência aprovada, o projeto de lei pode ser encaminhado diretamente ao plenário, sem tramitar pelas comissões permanentes da Câmara, como é praxe. Porém, o texto ainda deve ter um relator designado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), que prometeu uma "mulher, de centro e moderada" para a avaliação da proposta.

Reprodução/AgênciaBrasil

"É uma atitude altamente desrespeitosa e desumana com as mulheres achar que o estuprador deve ter uma pena menor do que a mulher que foi estuprada e que não teve condição de acesso dentro do tempo para fazer uso da lei que lhe assegura o direito ao aborto legal"

***Marina Silva**, ministra do Meio Ambiente*

Ed Alves/CB/DA Press

"Não contem com o governo para essa barbaridade. Vamos trabalhar para que um projeto como esse não seja votado"

***Alexandre Padilha**, ministro das Relações Institucionais*

Rosinei Coutinho/SCO/STF

"A matéria está no Congresso, que é o lugar certo para debater grandes temas. Se e quando chegar ao Supremo, vou me manifestar"

***Luís Roberto Barroso**, presidente do STF*

Autor do texto pedirá pena maior para estuprador

O deputado federal Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que propôs o projeto para punir quem interrompe gestação com mais de 22 semanas, mesmo nos casos permitidos em lei, afirmou que também vai sugerir uma pena maior, de 30 anos, para o crime de estupro. A declaração foi dada após a repercussão negativa do projeto, apelidado de "PL do Estupro" nas redes sociais.

O parlamentar afirmou que defende que a relatora do caso, quando designada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), inclua o aumento da pena em seu parecer do projeto, que já propõe alterar o Código Penal.

Lira já disse que pautará uma deputada, de centro e moderada para ser a relatora, após ter o próprio nome vinculado à imagem do projeto nas redes sociais e nos protestos que ocorreram por capitais do país na quinta-feira.

Atualmente, segundo a legislação em vigor, um estuprador pode ser sentenciado, no máximo, à metade do tempo: 10 anos. A pena pode ser ampliada para até 12 anos caso o crime envolva violência grave, e a 30 anos caso a vítima morra.

Promulgado em 1940, o Código Penal brasileiro já impõe de um a três anos de detenção para mulheres que interrompem uma gravidez. Para quem realiza o procedimento, a pena sobe para quatro anos, quando há consentimento da gestante, e para 10 anos quando não há consentimento.

PSol e OAB

A deputada Erika Hilton (PSol-SP) protocolou o primeiro destaque ao PL. A parlamentar pede que seja retirado o trecho que limita o aborto legal a 22 semanas de gestação.

Por sua vez, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criou uma comissão para elaborar um parecer a respeito do projeto. Foram designadas sete conselheiras para deliberar sobre a matéria e apresentar um relatório até a próxima segunda-feira. (**Aline Gouveia, Aline Brito e Agência Estado**)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Copyright © Clipclap 2025.